



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: H

INTERDISCIPLINARY

Volume 23 Issue 4 Version 1.0 Year 2023

Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal

Publisher: Global Journals

Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Entrepreneurship as a Lever for Growth and Endogenous Development in Low-Density Territories

By Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Ricardo María Hernández Mogollón,
Marí Ángeles Revilla Camacho & Antonio Fernández Portillo

Universidad de Extremadura

Abstract- From the analysis of GEM data, in relation to the Portugal-Spain border space, more specifically Alentejo-Extremadura, we tried to assess whether the development of entrepreneurial activities was affected by its territorial context. This being one of the least developed borders in the whole European Union (EU) and a problem for territorial cohesion, leading to the definition of policies and lines of support for its development, we try to understand whether entrepreneurship, a major factor in the development of the territory, followed the position of the respective countries or if there is a divergent performance. Entrepreneurship, increasingly pointed out as a means of enhancing the development of regions, either through job creation or through innovation, allows the inversion of the vicious cycle of low-density territories. The study of entrepreneurship in these regions, important for the perception of the relevant variables of this dynamic, is fundamental in this region in particular, since it is one of the regions of the EU with the lowest socio-economic development rates, being pointed out as an area of low density in which entrepreneurial captivity may be the driving force behind this situation.

Keywords: *frontier, entrepreneurial activity, gem, territorial cohesion, regional development.*

GJHSS-H Classification: LCC:H1-H99



ENTREPRENEURSHIP AS A LEVER FOR GROWTH AND ENDOGENOUS DEVELOPMENT IN LOW-DENSITY TERRITORIES

Strictly as per the compliance and regulations of:



Entrepreneurship as a Lever for Growth and Endogenous Development in Low-Density Territories

O Empreendedorismo Como Alavaca do Crescimento e Desenvolvimento Endógeno em Territórios de Baixa Densidade

Fernanda Maria Bizarro Policarpo ^a, Ricardo María Hernández Mogollón ^a, Marí Ángeles Revilla Camacho ^b
& Antonio Fernández Portillo ^c

Resumo- A partir da análise de dados GEM, em relação ao espaço de fronteira Portugal-Espanha, mais concretamente Alentejo-Extremadura, tentamos aferir se o desenvolvimento das atividades empreendedoras era afetado pelo seu contexto territorial. Sendo esta, uma das fronteiras menos desenvolvidas de toda a União Europeia (UE) e uma problemática para a coesão territorial, conduzindo à definição de políticas e linhas de apoio ao seu desenvolvimento, tentamos perceber se o empreendedorismo, fator de relevo no desenvolvimento do território, seguia a posição dos países respetivos ou se apresenta uma performance divergente. O empreendedorismo, cada vez mais apontado como um meio de potenciar o desenvolvimento de regiões, quer através da criação de emprego quer através da inovação, permite a inversão do ciclo vicioso dos territórios de baixa densidade. O estudo do empreendedorismo nestas regiões, importante para a percepção das variáveis de relevo dessa dinâmica, é fundamental nesta região em particular, uma vez que ela é uma das regiões da UE com índices de desenvolvimento socioeconómicos mais baixos, sendo apontada como uma área de baixa densidade em que a atividade empreendedora poderá ser o motor de inversão dessa situação. A partir do estudo dos dados GEM e de dados estatísticos caracterizadores da região, utilizando uma metodologia analítico-sintética, foi possível perceber a sua realidade, no sentido de incrementar a atividade, determinante para todos os agentes e decisores, bem como para o desenvolvimento regional. Concluímos, que a existência em tempos de uma fronteira, criou características que o tempo ainda não corrigiu e que influem na AE da região.

Palavras-chave: fronteira, atividade empreendedora, gem, coesão territorial, desenvolvimento regional.

Abstract- From the analysis of GEM data, in relation to the Portugal-Spain border space, more specifically Alentejo-Extremadura, we tried to assess whether the development of entrepreneurial activities was affected by its territorial context. This being one of the least developed borders in the whole European Union (EU) and a problem for territorial cohesion, leading to the definition of policies and lines of support for its development, we try to understand whether entrepreneurship, a major factor in the development of the territory, followed the

Author a: Instituto Politécnico de Portalegre¹.

e-mail: policarpo@ipportalegre.pt

Author a & b: Universidad de Extremadura. e-mails: rfernand@unex.es, antoniofp@unes.es

Author b: Universidad de Sevilla. e-mail: arevilla@us.es

¹ Autor de correspondencia.

position of the respective countries or if there is a divergent performance. Entrepreneurship, increasingly pointed out as a means of enhancing the development of regions, either through job creation or through innovation, allows the inversion of the vicious cycle of low-density territories. The study of entrepreneurship in these regions, important for the perception of the relevant variables of this dynamic, is fundamental in this region in particular, since it is one of the regions of the EU with the lowest socio-economic development rates, being pointed out as an area of low density in which entrepreneurial captivity may be the driving force behind this situation. From the study of the GEM data and statistical data characterizing the region, using an analytical-synthetic methodology, it was possible to perceive its reality, in the sense of increasing the activity, determinant for all agents and decision makers, as well as for regional development. We conclude that the existence in times of a frontier created characteristics that time has not yet corrected and that influence the region's EA.

Keywords: frontier, entrepreneurial activity, gem, territorial cohesion, regional development.

I. INTRODUÇÃO

O objetivo fundamental deste estudo, foi o de perceber se a fronteira ainda influiu nas diferentes iniciativas empreendedoras e de que forma isso acontece. A fronteira Alentejo-Extremadura, é cada vez mais uma região socialmente deprimida resultando daí possibilidades e capacidades de cooperação substancialmente reduzidas (Reigado, 2013). Numa situação de periferia geográfica, económica e política, é um espaço marginal muito distanciado dos centros de decisão nacionais, regionais e também dos centros de consumo (Carrera Hernández, 2013). Por outro lado, transformar uma fronteira que divide numa fronteira que une, potenciando uma maior coesão territorial, foram e continuam a ser os grandes desígnios da cooperação territorial europeia (Soeiro, Beltrán, Cabanas, Lange, Mao, & Masarova, 2016), dai a necessidade de fomentar o empreendedorismo como forma de a desenvolver.

Neste trabalho tentamos aferir se o empreendedorismo, nas duas regiões de fronteira, é semelhante entre si e em relação aos seus países de origem, ou se por contrário as suas evoluções são tão dispare as que revelam a pouca preocupação que existe

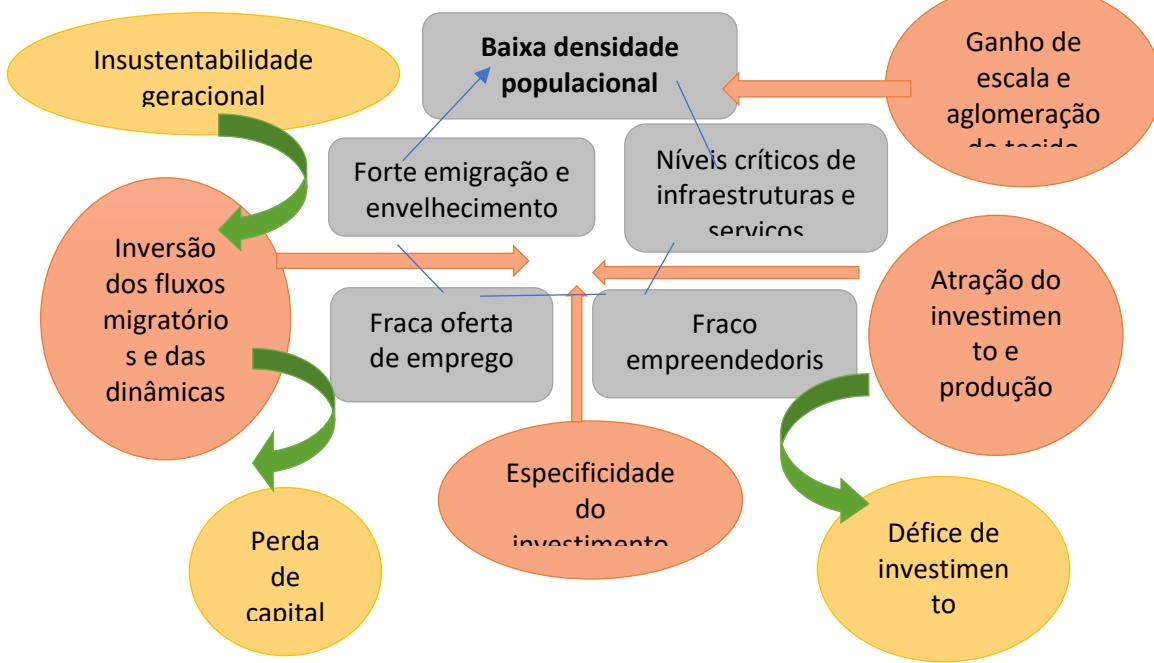


em potenciar estas iniciativas no território. Para essa análise utilizamos dados estatísticos sobre as regiões e os dados GEM, tentando caracterizar tanto os territórios como a sua atividade empreendedora.

II. A FRONTEIRA

Sendo esta uma região em que os esforços da UE para nivelar o seu desenvolvimento, relativamente à média europeia, parecem não ter o efeito pretendido, foi

possível aferir alguns dos entraves ao desenvolvimento da atividade empreendedora, num território em que estas iniciativas são preponderantes para inverter a sua trajetória. Entendendo que o efeito da existência de uma fronteira conduziu ao desenvolvimento de um território de baixa densidade, económica e socialmente débil, é importante fomentar o empreendedorismo e a cooperação entre as áreas geográficas de forma a potenciar o seu desenvolvimento económico e social.



Fonte: Elaboração própria

Figura 1: Quebra do ciclo vicioso dos territórios de baixa densidade

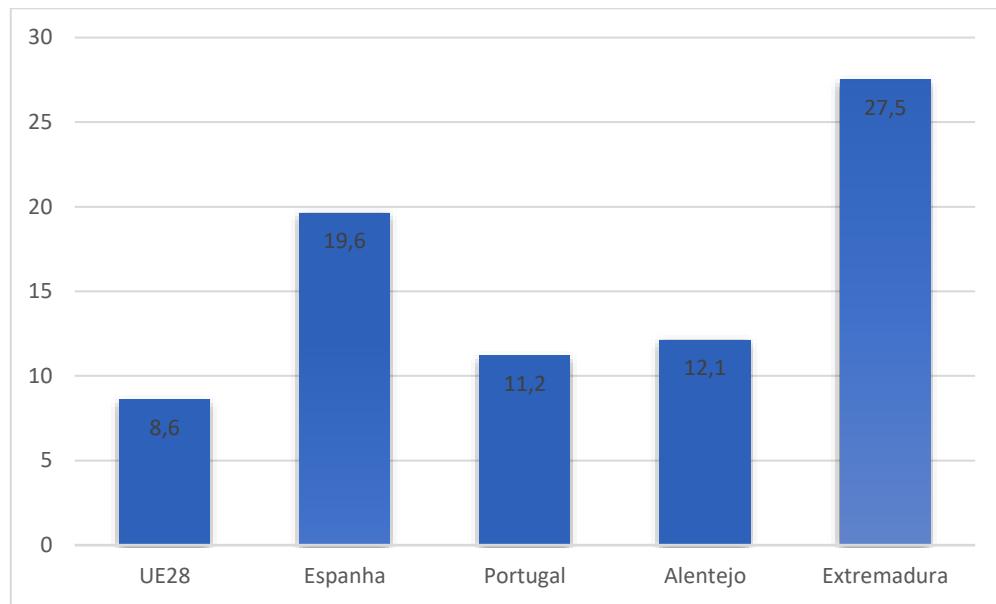
A fronteira, criando uma influência específica na envolvente, que diverge em intensidade e tipo, de território para território, dependendo dos processos de interação e integração entre os diversos atores e agentes locais, conduziu a desenvolvimentos económicos distintos que importa entender. Esses desenvolvimentos distintos ou descontinuidades espaciais (acesso difícil), físicas (rios, montanhas, mares), culturais, linguísticas (diferentes línguas), demográficas, sociais e económicas, resultam em barreiras que diminuem as oportunidades de cooperação, afetando o crescimento e desenvolvimento dessas regiões (CE, 2016).

Nesse sentido, importam no aumento dos custos de transação, em barreiras linguísticas, na divisão de áreas de influência, em custos alfandegários e em potenciais conflitos políticos e militares (Anderson & O'Dwod, 1999).

Com efeito, nas regiões de fronteira, o efeito barreira visto que engloba obstáculos e descontinuidades de acessibilidades importantes que favorecem a fragmentação das áreas de mercado e a duplicação de serviços, o que se materializa em (des)

economias de escala (Suárez-Villa, Giaoutzi & Stratigea, 1991), apesar da linha de fronteira não passar de um artificialismo humano (Policarpo, F. & Hernández, R., 2015, p.110)

Neste caso, sendo regiões de fronteira com características de regiões periféricas, localizadas longe de áreas metropolitanas centrais e de grandes mercados dinâmicos (Arbuthnott & von Friedrichs, 2013), apresentam efeitos de perda e fragilidades, quer por via da penalizadora evolução da sua população, diferentes regimes laborais e fiscais, quer pela ausência de estratégias coletivas e concertadas de coesão económica e social (Natário et al., 2018).



Fonte: Elaboração própria, com base em ine.es e ine.pt

Gráfico 1: Taxa de Desemprego – 2016

A taxa de desemprego na região da Extremadura, em 2016, situou-se em mais do dobro da região Alentejo, continuando acima da média do seu país em quase 8%. Por sua vez, o Alentejo mantém-se acima da média nacional, em cerca de 1%. Os dois países estão acima da taxa média da UE, contudo a Espanha, com mais do dobro, cerca de 11% mais. Tal como a CCRA (Comissão de Coordenação da Região Alentejo) reconhece no documento de apresentação do Pacto Territorial para o desenvolvimento e o Emprego no Alentejo (Galego, Alegria & Garcia, 1988), esta região possui uma série de constrangimentos ao seu desenvolvimento, nomeadamente:

1. Elevados níveis de repulsão e envelhecimento, com a consequente perda de vitalidade demográfica;
2. Reduzidos níveis de qualificação e instrução de recursos humanos;
3. Elevado número de pessoas desempregadas e sub-empregadas;
4. Reduzida diversificação da base económica com grande dependência do sector agrícola, dos

serviços públicos e das transferências de rendimento;

5. Debilidade do tecido empresarial.

Entre 2013 e 2017, os valores do salário mínimo mensal (considerando a remuneração anual dividida por 12) em Portugal e em Espanha aumentaram, respetivamente, de 566 € para 650 € e de 753 € para 826 €. É claro o contraste com os valores mínimo e máximo existentes na UE no mesmo período: a Bulgária passou de 159 € para 235 € e o Luxemburgo de 1 874 € para 1 999 € (OCDE, 2017).

O nível de instrução dos empregados no ano 2016 era claramente mais elevado em Espanha (43,2% possuíam um grau de ensino superior) do que em Portugal (44,0% não tinham ido além do 3.º ciclo do ensino básico).

Face ao exposto, e analisando o quadro abaixo apresentado, é factual que o índice de população desempregada seja maior nas regiões em estudo do que nos países de que fazem parte, apresentando a Extremadura um valor mais do dobro do Alentejo.

Quadro 1: População, Emprego, e Desemprego - 2016

Milhares	População Ativa	População Empregada	População Desempregada	Ind. Pop. Ativa	Ind. Pop.Des
Espanha	22.823	18.813	3.487	49	15
Extremadura	463	357	106	43	30
Portugal	5.178	4.605	573	50	11
Alentejo	343	302	41	45	12

Fonte: Elaboração própria com base em, www.pordata.pt/Portugal/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-412

Com base no estudo de Vaz, Barbosa, Cesário e Guerreiro (2003) sobre a atratividade regional das zonas rurais do sul da Europa, onde se inclui as áreas em análise, identificaram-se um conjunto indicadores de atratividade regional de todos os países do sul da Europa, por regiões, os quais foram classificados (a Itália foi excluída devido a inconsistências de dados) em três grupos de acordo com o quadro 2 abaixo apresentado. Estes três grupos, criados com base nas características regionais de atratividade para as

empresas, sendo o primeiro grupo, aquele em que se insere a região Alentejo, o que respeita a condições de atratividade para negócios inadequadas, o segundo, o que apresenta algum potencial de crescimento começando a indicar uma atratividade média; e, onde se insere a Extremadura, e finalmente, o terceiro grupo, o que mostra ter condições de sucesso para estabelecer estruturas e mantê-las auto-sustentáveis e estáveis.

Quadro 2: Atractividade regional

Cluster 1 Inadequate conditions	Cluster 2 Potencial for growth	Cluster 3 Successful conditions
Anatoliki Makedonia, Thraki	Attiki	Champagne
Kentriki Makedonia	Galicia	Picardie
Dytiki Makedonia	Asturias	Haute-Normandie
Thessalia	Cantabria	Centre
Ipeiros	Pais Vasco	Basse-Normandie
Ionia Nisia	Navarra	Bourgogne
Dytiki Ellada	Rioja	
Stereia Ellada	Aragón	
Peloponnisos	Madrid	
Voreio Aigaio	Castilla-La Mancha	
Notio Aigaio	Extremadura	
Kriti	Cataluña	
Baleares	Comunidad Valenciana	
North	Andalusia	
Centro	Murcia	
Alentejo	Canarias	
Algarve	Lisbon and Tagus Valley	
Azores		
Madeira		

Fonte: Elaboração própria, com base em Vaz et al., 2003

Face ao estudo, o Alentejo e a Extremadura, situam-se em diferentes grupos ao nível da atratividade para as empresas, apresentando estruturas socioeconómicas e de governação distintas.

O Alentejo está incluído no grupo de regiões de baixa e constante perda de densidade populacional, com poucos centros urbanos, fracas acessibilidades,

baixo nível de investimento privado e no que diz respeito às atividades de investigação e desenvolvimento (I & D), estas são poucas e basicamente apoiadas pelo setor público. Também neste cluster verifica-se falta de qualificação da mão de obra o que afeta a procura por parte das empresas levando à falta de estabilidade dos empregos. O

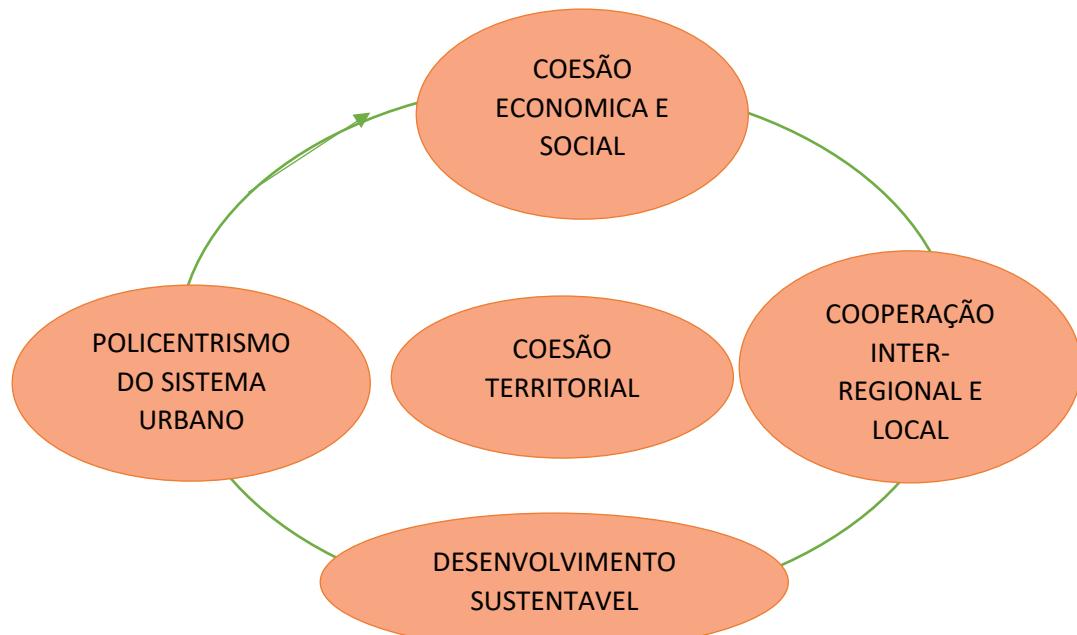
segundogruo observado inclui a Extremadura, integra regiões com bons acessos, níveis de formação mais elevados, maiores centros urbanos o que potencia a densidade populacional, maior esforço em I & D, estando as empresas localizadas neste grupo cientes da sua importância, denotando sinais de querer integrar essas atividades nos seusprocessos de produção.

Por outro lado, convém não esquecer, que quando uma fronteira separa duas regiões económica e socialmente deprimidas, como as regiões em estudo, as possibilidades e capacidades de cooperação são substancialmente reduzidas (Reigado, 2009).

Desde as alterações ocorridas em Portugal e Espanha com a integração europeia, assistimos a uma alteração dos comportamentos, face à fronteira e na fronteira, devido, essencialmente, à livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias aprovada entre alguns países da União Europeia no Tratado de Schengen (1985) (Lima, 2012, p.79).

Nos dias de hoje, as fronteiras, assumem cada vez mais um valor estratégico de controlode mercados e de competitividade supranacional. Por isso, a União Europeia(UE) considera-as como lugares especiais de aplicação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento, por onde passa o desafio da atenuação de diferenças internas e de reforço da coesão (Lima, 2012).

Certo é que o processo de integração política e territorial que ocorreu por quase toda a Europa, conduzindo à abertura das fronteiras permitiu, consequentemente, o aumento da sua permeabilidade (Janeco, 2015). Por esse facto, as regiões de fronteira alcançaram uma posição de especial interesse, não só pelas questões de soberania nacional, mas, também, pela cooperação entre populações, com vista a uma maior coesão e desenvolvimento (UE,2007).



Fonte: Elaboração própria

Figura 2: Componentes estruturantes da coesão territorial

A coesão territorial, prevista no Tratado de Amesterdão (1997), representa a adoção de outro quadro conceptual que entende o território como uma dimensão ativa do desenvolvimento, situada ao mesmo nível que os processos sociais e económicos (André, 2002). Nesse sentido, o Tratado de Lisboa (2007) e a Estratégia Europa 2020, inseriram uma nova vertente na estrutura da coesão territorial, defendendo assim uma das suas principais ideias, a de uma Europa sem fronteiras vocacionada para a cooperação territorial (Isidro, 2013).

“Contudo, os processos de cooperação transfronteiriça a nível ibérico, apesar do seu

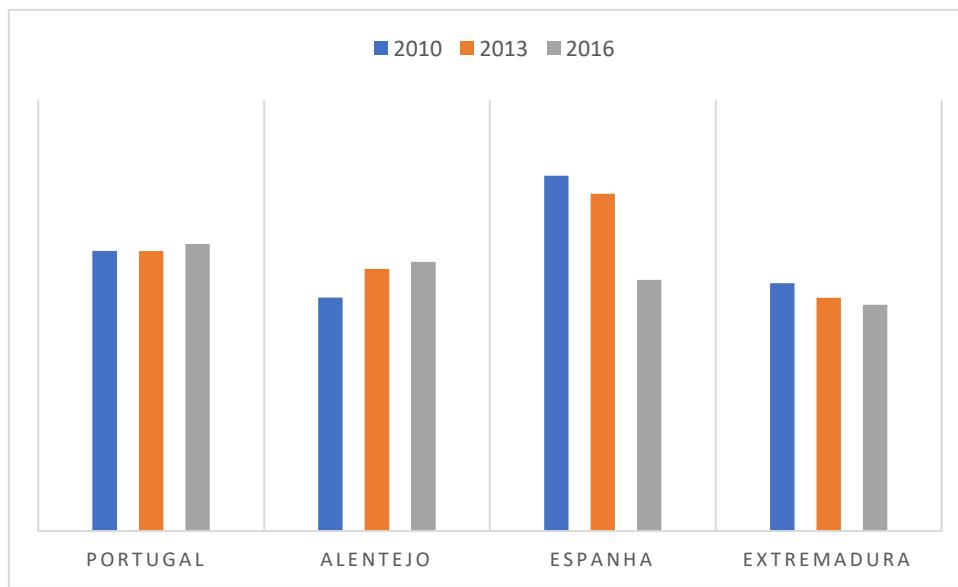
dinamismo inegável, não estão a progredir e a desenvolver-se tão rapidamente comonoutras regiões da Europa” (Castanho, Loures, Cabezas & Fernández-Pozo, 2017, p.1). Por seu lado, as desejadas convergências, em particular nas regiões de fronteiras, não têm sido conseguidas pelos diversos quadros comunitários (QCA) na medida em que continuam a existir disparidades regionais, (Fath & Hunya, 2001; Santamaría & Pires,2016).

Porém, a Comissão Europeia (2016) considera que a região de fronteira Espanha-Portugal está integrada no grupo das fronteiras europeias com maior potencial de competitividade e de integração de

mercado. Sendo um espaço de trocas, de resiliências e de conflitos, de hibridismos culturais, onde diferentes quadros fiscais, lógicas de governação e políticas criaram condicionalismos específicos, que afetam os fluxos internacionais gerados e os potenciais desenvolvimentos, face aos enquadramentos político-administrativos existentes (Fernandes, Natário & Braga, 2016).

Porem, apesar da abolição da fronteira, ainda são apontados como potenciadores so seu efeito os seguintes aspetos: diferentes níveis de desenvolvimento que, marcando o sentido de mobilidade, podem potenciar contra-corrente em situações de

desequilíbrios intersectoriais (por ex. diferentes preços); entraves à mobilidade dos fatores, como seja a língua, a cultura, a legislação e diferentes sistemas de proteção social; deficiente circulação de informação (por ex. sindicatos e empresários); intensidade e sentido da mobilidade dos capitais devido à legislação referente ao investimento e política de crédito, nível de desenvolvimento tecnológico e eficiência dos serviços de administração pública; ofertas concorrentes de produtos e serviços originadas pela semelhança de recursos e de estruturas económicas dos dois lados da fronteira (Reigado, 2009).



Fonte: INE.pt; Pordata

Gráfico 2: Evolução do PIB Regional

Para Baptista (1985), o processo de estagnação económica no Alentejo resulta quer de fatores de natureza geomorfológica e climática, quer de outros, de ordem sociopolítica.

Este processo caracteriza-se pela desvalorização dos recursos regionais, conduzindo a uma diminuição das vantagens locativas, do potencial do mercado, e de iniciativa endógena, com os consequentes baixos níveis de investimento e de modernização da estrutura produtiva.

O tecido produtivo do espaço fronteiriço em análise é caracterizado por empresas de muito pequena dimensão, microempresas de cariz familiar, com um número muito reduzido de pessoas ao serviço, o que significa que há maiores dificuldades para a obtenção de financiamentos e para investimentos externo. Estas são pouco diversificadas e com peso pouco significativo, centrando-se, fundamentalmente, em serviços básicos e exploração de recursos naturais endógenos (Soeiro *et al.*, 2016).

A produtividade destas áreas situa-se 18% abaixo da média da EU, sendo que as áreas com mais dinamismo são as com maior densidade populacional e com um capital humano mais qualificado. O carácter rural e periférico do território, a existência de numerosos núcleos urbanos de reduzido tamanho e a dispersão da população geram problemas adicionais às PMEs instaladas no território (Castro, 2013). Pequenos negócios apresentam escassos valores de crescimento/índices de desenvolvimento.

De acordo com estudos anteriores, algumas explicações são comumente dadas para este fato: a fraqueza do tecido económico e de negócios, a fraca capacidade de atrair novos negócios, dificuldade de acesso aos principais mercados, menor capacidade de comunicação com centros de decisão e até mesmo a simples falta de empreendimento naquelas áreas (Castanho *et al.*, 2017).

Por outro lado, o capital investido leva muito tempo a recuperar o que representa um problema para

os investidores, para além de constituir um processo muito burocratizado, o que agrava a implementação formal e funcional da iniciativa empreendedora (Macias, Rodríguez, Fernandes, Natário & Braga, 2014).

Numa região com povoamento disperso, forte ruralidade e decréscimo de população, a agricultura permanece como atividade relevante. A taxa de atividade inferior às médias nacionais, é potenciadora do maior nível de desemprego e é afetada pelo analfabetismo superior às médias dos respetivos países. Desta realidade destaca-se Badajoz que vêm contrariar alguns destes indicadores, sendo a cidade mais próxima da fronteira em análise. O número de empresas destas regiões não tem crescido significativamente ao longo do tempo, o que se deve essencialmente à já existente debilidade do tecido económico e empresarial e ao facto deste espaço ter características pouco atrativas para a fixação de novas empresas. Dificuldades de acesso a grandes mercados, menor capacidade de discussão com os centros de decisão e falta de capacidade de iniciativa caracterizam este espaço.

Em relação a Portugal, o Alentejo Interior apresenta apenas cerca de 4% do total de empresas do país, sendo que destas 98% são microempresas, em que o emprego médio é na ordem de 2,5 trabalhadores por empresas, número inferior ao observado no país. Apenas 5,6% são indústrias transformadoras. Num total de 15 milhares de euros, o PIB *per capita* regional apresenta valor inferior ao registado no país.

Quanto ao pessoal ao serviço e ao volume de negócios, no Alentejo Interior, estas percentagens descem para 5,3% e 4,2% em relação aos valores nacionais.

Em relação a Espanha, na Extremadura a importância do setor dos serviços sobressai na estrutura económica desta comunidade, tendo vindo a substituir o peso que o setor primário tinha nessa região ao longo das últimas décadas. Apenas 8% são indústrias transformadoras, sendo que as empresas de serviços (sector com maior peso, 57%) e de comércio, no seu todo, representam 79% do tecido empresarial. O tecido empresarial desta Comunidade Autónoma, cerca de 2% do total de empresas do país, caracteriza-se pelo facto de cerca de 65% das empresas existentes possuírem apenas um ou dois trabalhadores e mais de 20% contar com menos de 5 trabalhadores, existindo apenas cerca de dez empresas com mais de 500 trabalhadores. Os principais subsetores industriais são agroindustrial, o energético, a cortiça e o têxtil.

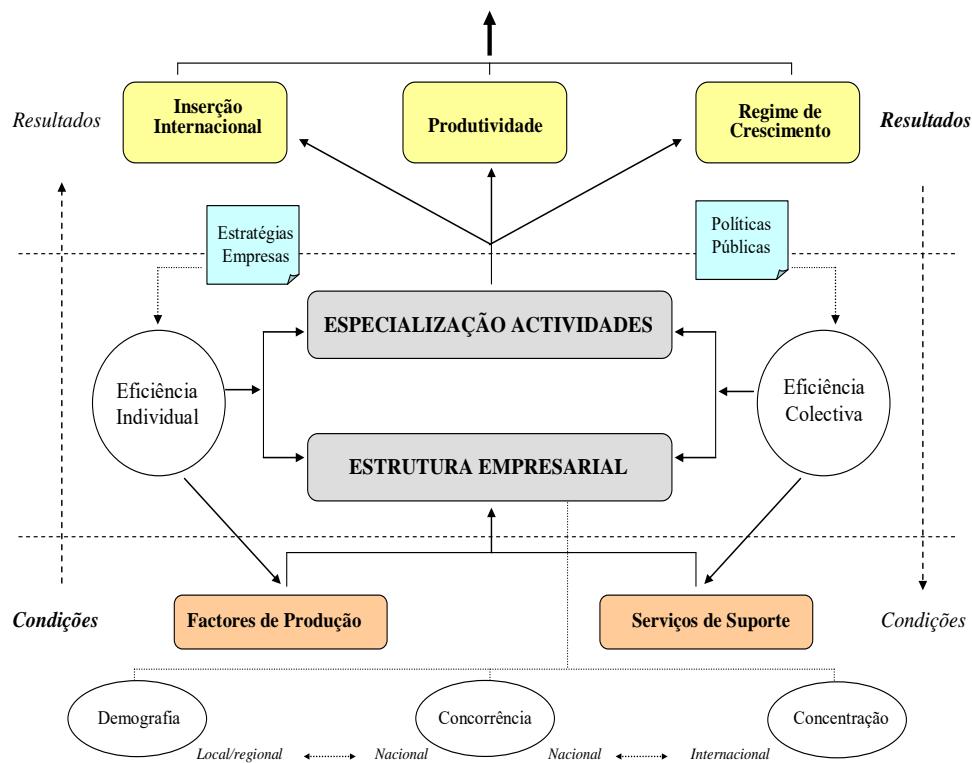
Pelo exposto, estas regiões tendem a apresentar condições menos favoráveis à criação e desenvolvimento de atividades empresariais (Oinas & Malecki, 1999), pelo que o nosso estudo visa entender a incidência no empreendedorismo da localização na zona de fronteira, como forma de conhecer alguns desses constrangimentos regionais. Só através da sua

identificação é possível apontar soluções que permitam a criação de uma nova dinâmica territorial, dependente da interferência e da habilitação dos atores locais e regionais, na exploração de fatores endógenos comuns, aproveitando a criação do mercado único.

III. ACTIVIDADE EMPREENDEDORA

Sendo importante para o seu desenvolvimento enquanto região, mas também do país que integra, o relacionamento entre estas regiões e num contexto de rápidas mudanças tecnológicas, de globalização das economias, e em que, simultaneamente, é atribuída uma importância acrescida, para que as regiões incrementem a sua competitividade, através das características locais, é necessário fomentar o empreendedorismo e a inovação nestas regiões, para que explorem sinergias resultantes da sua localização (Fig. 3). Entende-se, assim, que “as estratégias e ações a promover devem reconhecer as especificidades territoriais com que os atores económicos e sociais se debatem, a valorização dos recursos, produções e saber-fazer locais, numa visão de internacionalização e cooperação a uma escala transnacional” (Fernandes, Natário & Braga, 2016, p. 3).



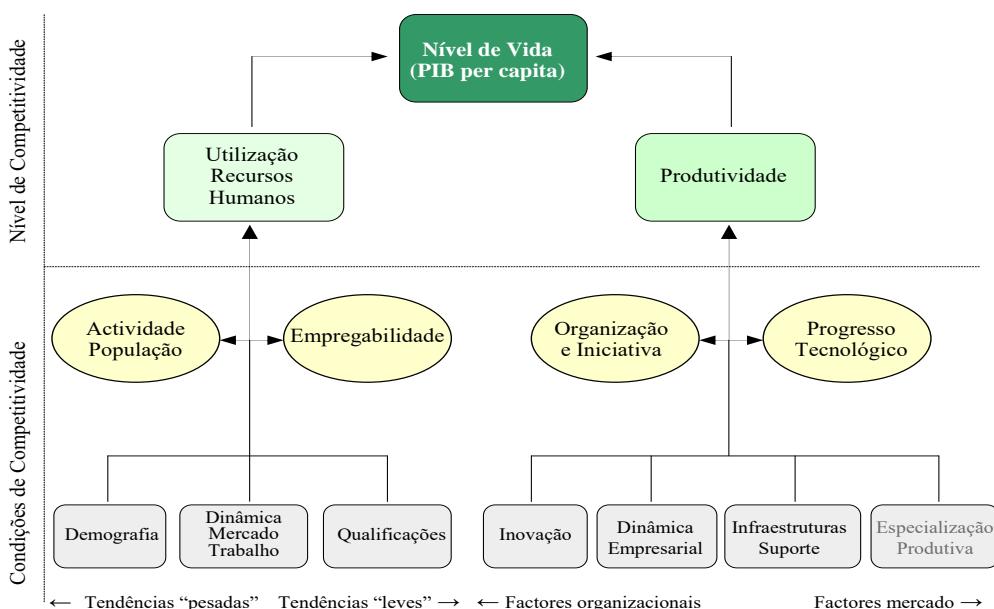


Fuente: Elaboração própria, com base em Mateus & Associados, 2005

Figura 3: A Competitividade como articulação da eficiência coletiva e individual

Contudo, o desenvolvimento do ecossistema empreendedor exige uma série de recursos e um novo modelo educacional e cultural que favoreça e incentive o espírito empreendedor. De facto, nos últimos anos, devido essencialmente à intensa crise vivida, o empreendedorismo tem ganho relevo, uma vez que é parte fundamental da solução no atual cenário económico.

Por outro lado, se a atividade empresarial fomenta a competitividade regional (Fig. 4.), é necessário empreender em contextos deprimidos e pouco inovadores, como forma de aumentar o emprego e melhorar o rendimento dos cidadãos (Barata, 2013), potenciando a criação de emprego e riqueza e criando igualmente valor social (Fernández-Laviada, Peña, Guerrero & González, 2014).



Fuente: Elaboração própria, com base em Mateus & Associados, 2005

Figuras 4: Pirâmide da competitividade regional

De acordo com o referido, o desenvolvimento de um País ou de uma região passa pela capacidade de se produzir riqueza capaz de gerar bem-estar e qualidade de vida às suas populações. A envolvência territorial e as questões da proximidade tornam-se visíveis e pertinentes para análise da performance empresarial, uma vez que as empresas são obrigadas a agir em função dessas diferenças. A existência de alguma permeabilidade nessas regiões, permite às populações explorar as diferenças entre os dois lados da fronteira, comparando os desiguais níveis de preços que sempre estimularam o comércio transfronteiriço entre Portugal e Espanha (Gaspar, 1996). Nas regiões de fronteira o empreendedor enfrenta uma série de desafios e é limitado em muitos fatores, incluindo a procura local limitada, a pequena dimensão do mercado, a falta de acesso a mercados extraregionais, a baixa densidade populacional e a consequente falta de oportunidade para a rede de interação com os atores regionais, o uso generalizado das tecnologias de informação e as dificuldades no acesso ao capital (Fuller-Love, Midmore, Thomas & Henley, 2006; Macías *et al.*, 2014). Sendo regiões predominantemente rurais, com baixa densidade populacional e de empresas, em que se verifica desarticulação da estrutura produtiva tradicional (Natário *et al.*, 2018), o fomento do empreendedorismo, na linha dos processos territoriais de inovação (Lundvall, 1992; Edquist, 1997), é fundamental para a sua sustentabilidade a curto, médio e a longo prazo (Macías *et al.*, 2014).

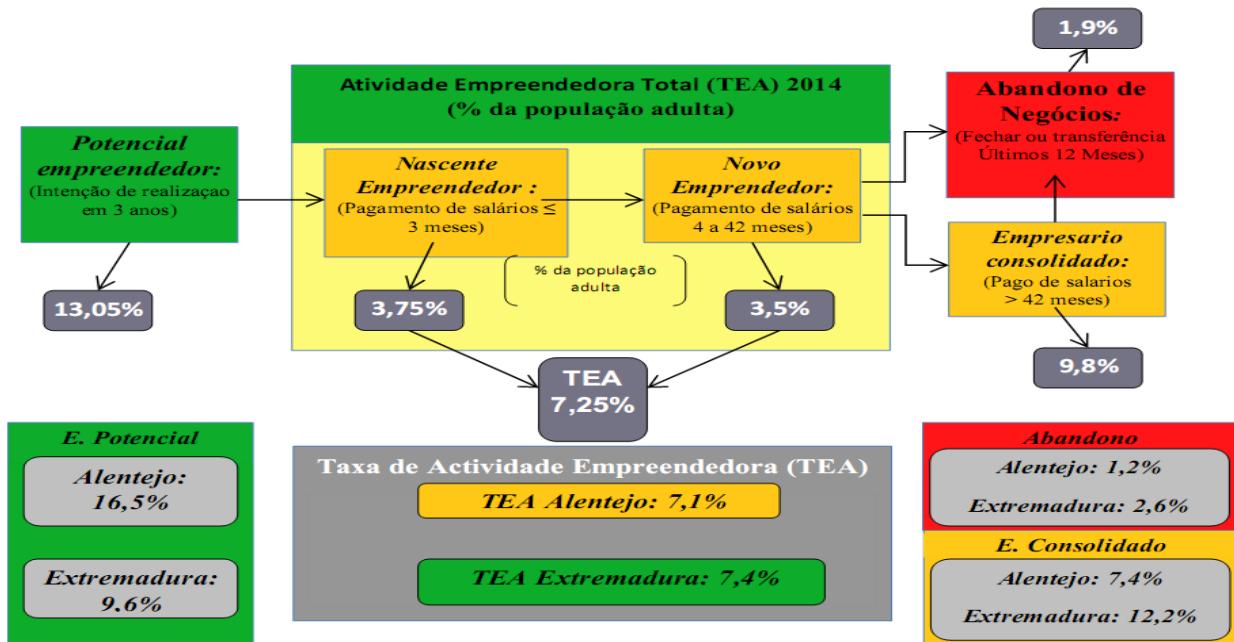
A ausência de estudos aprofundados sobre este tema, associada à escassa informação sobre o modo e a forma como o desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas e espanhola, assentam em

sinergias inter-regionais, ou seja, não há estudos sobre as trajetórias e dinâmicas do desenvolvimento das regiões que equacionem o modo e a extensão da influência do desenvolvimento de uma determinada região no desenvolvimento das outras regiões e, reciprocamente, como é influenciado por estas (Vale, 2009).

Os laços históricos entre Espanha e Portugal a nível cultural, social e, sobretudo, económico levam a que, também em termos de dinâmicas empreendedoras, os dois países devem ser analisados e avaliados conjuntamente.

O esbatimento das fronteiras económicas e sociais assenta na implementação de programas de desenvolvimento económico, baseados na valorização dos recursos endógenos, no reforço da competitividade das empresas, na internacionalização destas regiões, na inovação, na cultura e saberes locais, no reforço da rede de infraestruturas e equipamentos, no reforço e ordenamento da rede urbana, uniformização e aproximação da legislação laboral e de investimentos, no reforço da circulação de informação e no estímulo ao intercâmbio cultural, recreativo e desportivo (Reigado, 2009).

Importa aqui aferir também se o desenvolvimento destas regiões assenta em sinergias inter-regionais, tentando perceber as suas trajetórias, as dinâmicas de desenvolvimento, por forma a equacionar, o modo e a extensão, da influência do efeito fronteira no desenvolvimento das iniciativas empreendedoras nessas duas regiões. Este processo não só se constitui como um passo em frente em termos de integração económica dos dois países, como traz um considerável valor acrescentado ao GEM.



[Fonte: www.gemextremadura.es/Mis_archivos/Informes/GEMEUROACE-2014-15.pdf]

Figura 5: O Processo Empresarial na Euroregião Alentejo/Extremadura

Com base no Relatório sobre Empreendedorismo na EUROACE² 2014-15³, podemos verificar que a região Alentejo apresentou uma taxa de iniciativas empreendedoras (TEA – ou seja o número de pessoas entre 18 e 64 que exercem uma atividade empresarial que ainda não completou três anos e meio) de 7,1% enquanto a Extremadura apresentou 7,4%. Sendo que os seus países apresentaram, respetivamente, 10 e 5,5, o que coloca a região da Extremadura francamente mais à frente no conjunto em análise.

Para além disso, as pessoas que durante o último ano abandonaram uma atividade empresarial representam 2,6% da população adulta na Extremadura e 1,2% no Alentejo.

Do total de iniciativas desenvolvidas, a Extremadura é a região que tem mais iniciativas baseadas na oportunidade e menos na necessidade (73,9% vs. 23,2%). Por seu lado, o Alentejo, face à Extremadura, centra menos iniciativas na oportunidade (69,2%) e mais na necessidade (30,8%).

De acordo com os especialistas, as condições para empreender nestas regiões não são favoráveis. Das 16 condições para empreender analisadas, somente 5 mantêm valores positivos e são elas: o interesse pela inovação; a motivação para empreender; o acesso à infraestrutura física; o apoio a negócios de alto crescimento; o apoio à mulher empreendedora.

Quanto aos fatores que criam entrave à atividade empreendedora são apontados:

- a falta de apoio financeiro;
- as normas culturais e sociais;
- as políticas governamentais.

Por outro lado, os fatores que mais favorecem a atividade empreendedora são:

- a educação e formação;
- a crise económica;
- os programas e políticas dos governos;
- as normas sociais e culturais.

² A Eurorregião EUROACE, fundada em 2009, composta pela região espanhola da Extremadura e pelas regiões portuguesas do Alentejo e Centro, resulta de um protocolo assinado entre as três regiões para a elaboração de novas estratégias de cooperação, assumindo extrema importância para o desenvolvimento económico das relações entre Portugal e Espanha devido à sua posição privilegiada relativamente à diagonal continental e faixa atlântica. O território, na sua totalidade, equivale a quase um quinto da superfície espanhola, contendo mais de 3 milhões de habitantes

³ O Relatório sobre Empreendedorismo na região EUROACE constitui-se como o primeiro resultado prático da implementação transfronteiriça do GEM, avaliando os níveis e natureza da atividade empreendedora na Eurorregião, fazendo uso da experiência prévia das equipas nacionais e regionais do GEM em Espanha e Portugal.

Para o incremento da atividade empreendedora, os especialistas recomendam no futuro:

- políticas e programas governamentais que favoreçam o surgimento de novas empresas;
- mais apoio financeiro para a criação de empresas;
- a educação e formação empreendedora a todos os níveis;
- e a transferência de pesquisa e desenvolvimento.

No Relatório foram apresentados como fatores determinantes para a atividade empreendedora transfronteiriça e que geram dificuldades:

- as normas culturais e sociais;
- as políticas governamentais;
- acesso a infraestruturas físicas.

IV. CONCLUSÕES

Neste trabalho, tentamos entender a relação entre a fronteira e as iniciativas empreendedoras, como fator de desenvolvimento do território, estudamos, a fronteira e a atividade empreendedora, verificando que as condições que influem na actividade empreendedora são em muito reflexo da existência de uma fronteira cujos mecanismos nacionais e supranacionais não conseguem inverter.

BIBLIOGRAFIA

1. Anderson, J. & O'Dwod, L. (1999). Borders, Border Regions and Territoriality: Contradictory Meanings, Changing Significance. *Regional Studies*, 33(7), 593-604.
2. Arbuthnott A. & von Friedrichs Y. (2013). Entrepreneurial renewal in a peripheral region: The case of a winter automotive-testing cluster in Sweden. *Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional*, 25(5-6), 371-403.
3. Baptista, A. J. (1985). *Novas Iniciativas Empresariais no Alentejo. Factores e Medidas para a sua Dinamização*. IACEP. NEUR.
4. Barata, 2013), Carrera Hernández, A. (2013). Descentralización y gobiernos locales: 30 años de la experiencia en Latinoamérica. *Carta Económica Regional*, Vol. 25, N.º 111-112, pp. 112-133.
5. Castanho, R., Loures, L., Cabezas, J., & Fernández-Pozo, L. (2017). Cross-Border Cooperation (CBC) in Southern Europe An Iberian Case Study. *The Eurocity Elvas- Badajoz. Sustainability*, 9(3), p. 360.
6. Castro, M. (2013). *A fronteira Portugal/Espanha, 18 anos depois de Schengen. O caso portalegre/Elvas-Valéncia de Alcântara/Badajoz*. (Tese de doutoramento não publica). Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.
7. Europeia, C. (2016). *A UE e a crise dos refugiados. Comissão Europeia, Jul.*

8. Edquist, C. (1997). *Systems of Innovation: Technologies, Institutions and Organizations*. Londres/Washington: Pinter Publishers.
9. Fath, J., & Hunya, G. (2001). Cross-Border economic co-operation on present and future EU borders, a summary of findings. *Enlargement Research Bulletin*, 2.
10. Fernandes, G., Natário, M., & Braga, A. (2016). Empreendedorismo e dinamismos socio-económicos em territórios de fronteira.Um abordagem á regiāo transfronteiriça da Bin-Sal. In Juan Santamaría e Iva Pires (editores), *Fronteiras na investigação peninsular: temáticas e abordagens contemporâneas*, (107-121). Universidade de Santiago de Compostela.
11. Fernández-Laviada, A., Peña, I., Guerrero, M., González-Pernía, J. L., & Rubio Bañón, A (2015). Global Entrepreneurship Monitor. Informe GEM España 2014. *Editorial de la Universidad de Cantabria*.
12. Fuller-Love, N., Midmore, P., Thomas, D., & Henley, A. (2006). Entrepreneurship and rural economic development: A scenario analysis approach. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 12(5) 289-305.
13. Galego, J., Alegria, M. F., & Garcia, J. C. (1988). *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro I e D. Fernando I: interpretação gráfica*.
14. Gaspar, J. (1996). Planeamento transfronteiriço e desenvolvimento regional do sudoeste comunitário. In *Acta, ponencias y comunicaciones, VII Colóquio Ibérico de Geografia*, Cáceres, 399-410
15. Isidro, A. I. S. C. (2013). *Políticas de cooperação territorial: O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas).
16. Janeco, B. R. M. (2015). *Impactos territoriais de processos de cooperação transfronteiriça: caso de estudo: Elvas e Badajoz* (Doctoral dissertation).
17. Lima, F. (2012). As dinâmicas territoriais no espaço de fronteira na fachada atlântica peninsular: a eurocidade Valença/Tuy. *Cadernos*, 4, 75-86.
18. Lundvall, B. (ed.) (1992). *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. Londres: Pinter Publishers.
19. Macías, J. I. S., Rodríguez, F., Fernandes, G. P., Natário, M. M., & Braga, A. M. (2014). Plano Transfronteiriço de Apoio ao Empreendedorismo na bin/sal. *O Empreendedorismo na BIN/SAL (PITAE BIN-SAL)*. Salamanca: Diputación de Salamanca. Organismo Autónomo de Empleo Y Desarrollo Rural, 503.
20. Mateus, A. (coord. 2005). *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, Volume 1 – As grandes questões conceptuais e metodológicas*. Autoria: Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE. Coordenação global: Augusto Mateus Coordenação executiva: Gonçalo Caetano e Paulo Madruga.
21. Natário, M., Braga, A., & Fernandes, G. (2018). Determinantes do desempenho empreendedor e inovador nas regiões transfronteiriças. *Innovar: Revista de ciencias administrativas y sociales*, 28(70), 39-54.
22. OCDE (2015). *Indicators of Immigrant Integration 2015: Settling In*. Paris, OECD Publishing.
23. Oinas, P., & Malecki, E. J. (1999). Spatial Innovation Systems. Em E. J. Malecki, & P. Oinas (eds.), In *Making Connections: Technological Learning and Regional Economic Change* (pp. 7-33), Aldershot: Ashgate.
24. Policarpo, F., & Hernández, R. (2015). A actividade empreendedora na fronteira Portugal-Espanha Alentejo-Extremadura. *XVII Seminário Luso-Espanhol de Economia Empresarial*, Covilhā, UBI.
25. Reigado, F. (2009). Desenvolvimento regional transfronteiriço. In: Costa, J.S. & Nijkamp. *Compêndio de economia regional. Volume I: teoria, temáticas e políticas* (pp. 555-579). Ed. Princípia Lda.
26. Reigado, F. (2013). Desenvolvimento regional transfronteiriço. em Costa, José S. e Peter Nijkamp, *Compêndio de Economia Regional –Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Cascais, Princípia Editora.
27. Santamaría, J. M., & Pires, I. (2016). *Fronteras en la investigación peninsular: temáticas y enfoques contemporáneos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
28. Soeiro, J., Beltrán, C., Cabanas, M., Lange, E., Mao, X. & Masarova, E. (2016). Uma fronteira QUE NOS UNE Uma fronteira De Desenvolvimento. Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças, Universidad de Extremadura.
29. Vale, M. (2009). CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO. *Finisterra*, XLIV, 88, 9-22.
30. Vaz, M., Barbosa, A., Cesário, M. & Guerreiro, A. (2003). Regional attractibility to business: an empirical application to southern European regions. *New Mediterranean Journal, Agriculture and Environment* 3/2003. 52-57. University of Bologna. Italy.